

**ATA DA CENTÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e quarenta e oito minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Renato Câmara, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, de forma presencial e on-line, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores! Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Passo a palavra ao deputado Renato Câmara, no exercício da segunda-secretaria, para que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Renato Câmara - MDB) — "Ata da Centésima Sétima Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e trinta e dois minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** - Lida e aprovada a Ata Cento e Trinta e Dois da Centésima Sexta Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagens nºs 57 a 59/2023, do Poder Executivo; Ofícios nºs 168.0.073.0210 e 168.0.073.0211/2023, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 599/2023, do Ministério da Educação; Ofício nº 644/2023, do Ministério de Portos e Aeroportos; Ofícios nºs 1.309, 1.310 e 1.315/2023, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 1.189, 1.190 a 1.194, 1.197 a 1.200, 1.233 e 1.234/2023, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 141/2023, da Associação dos Delegados de Polícia de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 1.594/2023, da Prefeitura Municipal de Campo Grande; Ofício nº 377/2023, da Câmara Municipal de Bonito. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** - Usaram da palavra os deputados Antonio Vaz, Zeca do PT, João César Mattogrosso, Lia Nogueira, Lidio Lopes, Junior Mochi, Professor Rinaldo, Rafael Tavares e Lucas de Lima. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Renato Câmara, Coronel David, Pedro Kemp, Marcio Fernandes, Gleice Jane e Neno Razuk. **ORDEM DO DIA** - Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 304/2023, de autoria do Poder Executivo. Foi retirado o Projeto de Lei nº 297/2023, de autoria da Mesa Diretora. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 303/2023, de autoria do deputado Gerson Claro; Projeto de Lei nº 306/2023, de autoria do deputado Antonio Vaz; Projeto de Lei nº 308/2023, de autoria do deputado Junior Mochi. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria da Casa, endereçada aos familiares de Renato Araújo Corrêa; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Professor Rinaldo, endereçada aos familiares de Raul Ferreira Ratier Filho; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Professor Rinaldo, endereçada aos policiais militares sargento Francisco Roberto Vieira Estevam e cabo Elder Heredia Salas; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Rafael Tavares, endereçada ao senhor Hilton Ratier de Sousa Junior, bombeiro militar que salvou uma criança de um ano de idade que estava engasgada; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Rafael Tavares, endereçada

aos policiais do 10º BPM cabo Elder Heredia Salas e terceiro-sargento Francisco Roberto Vieira Estevam, por acolherem uma gestante em trabalho de parto e realizarem o parto, salvando mãe e filho; requerimento, de autoria do deputado Antonio Vaz, solicitando o Diploma de Ilustre Visitante ao senhor Erick Maia, atleta profissional de MMA e personal trainer, quatro vezes campeão mundial e três vezes campeão brasileiro; indicações, de autoria dos deputados Rafael Tavares, João César Mattogrosso, Zé Teixeira, Professor Rinaldo, Zeca do PT, Jamilson Name e Antonio Vaz. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e oito de novembro do ano de dois mil e vinte e três". Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para que proceda à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhoras deputadas e senhores deputados! "Expediente da Sessão Ordinária do dia 29 de novembro de 2023: Mensagem nº 60/2023, do Poder Executivo, encaminhando o projeto de lei que altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei Estadual nº 6.035, de 26 de dezembro de 2022, que reorganiza a Estrutura Básica do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências (Prot. nº 6608/2023); Mensagem nº 61/2023, do Poder Executivo, encaminhando o projeto de lei complementar que revoga dispositivos da Lei Complementar nº 53, de 30 de agosto de 1990, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares Estaduais do Estado de Mato Grosso do Sul (Prot. nº 6609/2023); Mensagem nº 62/2023, do Poder Executivo, encaminhando o projeto de lei que dispõe sobre a administração, a aquisição, a alienação, a oneração e a utilização dos bens imóveis do estado de Mato Grosso do Sul, de suas autarquias e de suas fundações, e dá outras providências (Prot. nº 6610/2023); Ofícios nºs 1.227 a 1.232 e 1.235/2023, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Zeca do PT, João César Mattogrosso e Pedro Kemp; Ofício nº 833/2023, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Corumbá, respondendo ao requerimento do deputado Pedrossian Neto (Prot. nº 4857/2023); Cartas nºs 741 e 744/2023, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados João César Mattogrosso e Pedrossian Neto (Prot. nºs 5209, 5283/2023)." Senhor presidente, foi lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e colegas parlamentares! Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Correa Riedel, governador do estado, com cópias ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de estado de Educação, solicitando a construção de uma escola para atender os bairros Jardim Aeroporto 1 e 2, no município de Aquidauana. A proposta em questão visa atender à solicitação encaminhada diretamente ao meu gabinete

parlamentar pelo presidente municipal do Republicanos no município de Aquidauana, senhor Wagner Romero. Atualmente, a região possui uma única escola estadual, e devido ao rápido crescimento da comunidade, ela não está conseguindo acomodar adequadamente os alunos. Além disso, as escolas estaduais mais próximas estão localizadas a uma distância considerável da comunidade. Isso cria um grande obstáculo para a locomoção dos jovens alunos. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo à senhora Adriane Lopes, prefeita de Campo Grande, e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, senhor Ednei Marcelo Miglioli, solicitando a execução de obras de asfaltamento na rua Pedro Cance e demais ruas do bairro Aquarius I. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, presidente, deputado Gerson Claro, Mesa Diretora e colegas deputados! Bom dia, senhoras e senhores aposentados que estão aqui conosco! Nós deputados desta Casa somos solidários à causa de vocês, sabemos das dificuldades de vocês, e estamos na expectativa de que o governo — que nos deu a palavra de que faria um estudo técnico e que depois nos daria uma resposta — logo nos responderá, estamos na torcida, de forma responsável, para que Vossas Senhorias alcancem o pleito desejado. Sejam muito bem-vindos a esta Casa! Senhor presidente, eu quero encaminhar uma indicação e uma moção. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, com cópia ao secretário municipal de Saúde, senhor Sandro Benites, solicitando a instalação de aparelhos de ar-condicionado no prédio do Centro Especializado Municipal de Campo Grande (CEM), localizado na rua TV Guia Lopes, número 71, bairro São Francisco. A presente proposição atende à solicitação endereçada ao meu gabinete parlamentar pela senhora Renata Cristina Pereira Lescano, que relata que o prédio em questão possui poucos aparelhos de ar-condicionado em funcionamento, o que tem ocasionado transtornos aos pacientes e aos servidores. Por último, senhor presidente, encaminho uma moção de congratulação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à coordenadora do projeto Tocando em Frente, a ex-deputada Rose Modesto, pelos quatorze anos de existência do projeto, comemorados ontem. O Tocando em Frente já atendeu mais de dez mil crianças da nossa cidade, na área da prevenção às drogas, por meio do esporte, da cultura, da arte, enfim. Eu tenho a alegria de ser um dos padrinhos do Tocando em Frente. Ontem, no Glaucê Rocha, às 19 horas, nós comemoramos o décimo quarto ano de existência do projeto. Quero estender nossas felicitações à coordenadora, professora Marta, e aos voluntários, porque eles têm feito a diferença em nossa cidade. Era o que eu tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Bom dia, senhor, presidente, deputado Gerson Claro, senhores deputados e todos que nos honram com sua presença

aqui neste Plenário e todos que nos assistem pela TV Assembleia! Quero cumprimentar, de modo especial, os servidores públicos aposentados que aqui se encontram e que brigam contra essa taxa previdenciária de 14%. Essa taxa absurda que vai de encontro àqueles que sempre prestaram um excelente trabalho ao nosso povo de Mato Grosso do Sul. Quero registrar a presença dos vereadores Adriano, Vinícius e Paulinho, do município de Japorã. É um prazer tê-los nesta Casa. Senhor presidente, eu quero apresentar uma moção de congratulação e duas indicações. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação aos atletas sul-mato-grossenses Moacir Fernando da Silva Matos, Jefferson Luiz da Silva, Matheus Aparecido Cardoso de Souza, Bruno Silva Ayva, Marcos dos Santos Ferreira, Leonardo Giovani Moraes, Yara Helena Yule e Heitor Luiz Ramires por representarem o Brasil nos Jogos Parapan-Americanos, conhecido como Parapan Santiago - 2023, sagrando-se campeões no futebol PC, conquistando o tetracampeonato. Esses atletas fazem parte da seleção brasileira de PC e são aqui de Campo Grande. Depois eu quero fazer uma homenagem a eles nesta Casa. Bem, agora eu vou ler as indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Correa Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, solicitando a execução de obras de recuperação da MS-386, no trecho compreendido entre o município de Iguatemi e Japorã-MS. A presente indicação encontra justificativa em reivindicações dos moradores que utilizam a rodovia supracitada e padecem com seu precário estado de conservação. Eu me preocupo com a situação da MS-386. Aliás, eu e o prefeito Wanderley batalhamos para que aquela rodovia fosse asfaltada, e conseguimos a atenção do governador Reinaldo Azambuja, que providenciou a pavimentação. Mas a rodovia nem foi inaugurada ainda e, infelizmente, já está em precário estado de conservação. Diante disso, solicitamos que o governador Eduardo Riedel providencie a recuperação da rodovia e sua inauguração. Esta solicitação atende ao pedido dos vereadores Vinícius, Paulinho e Adriano. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Correa Riedel, com cópia ao secretário de estado de Educação, senhor Hélio Queiroz Daher, ao prefeito do município Batayporã, senhor Germino da Roz Silva, e à secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Batayporã, senhora Fernanda Scarlat Martins, solicitando que seja feita uma cooperação entre os Poderes Executivos estadual e municipal, a fim de instalarem dez aparelhos de ar-condicionado, de 18.000 BTUs, na Escola Estadual Braz Sinigaglia, no município de Batayporã. A presente indicação foi motivada por requerimento da Câmara Mirim de Batayporã, a partir da proposição do vereador Mirim Murilo da Silva Reais, Carta de Intenção nº 001/2023. Justificativa anexa. Era o que eu tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Rafael Tavares.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Bom dia, presidente! Bom dia, nobres colegas e Mesa Diretora! Quero cumprimentar de modo especial os aposentados aqui presentes e reiterar que o gabinete do deputado Rafael Tavares está com vocês nesta luta, para que o governo do estado reveja este desconto de 14% na previdência dos senhores. Ademais, presidente, quero solicitar novamente que seja

colocado na pauta de hoje o requerimento referente à Cassems. A Cassems, aliás, promoveu um evento no fim de semana, na cidade de Dourados. Muitos douradenses questionam essa situação. Afinal de contas, aqui nesta Casa foi aprovado um empréstimo, aliás, uma doação de 60 milhões de reais para a Cassems, dinheiro do contribuinte, que paga imposto em Mato Grosso do Sul para cobrir um rombo. E nós soubemos que houve uma 'festa de arromba' em Dourados, com bebidas alcoólicas e tudo mais. Fizeram uma verdadeira farra com o dinheiro do contribuinte, ao mesmo tempo em que aumentaram o valor do desconto relativo ao plano dos servidores. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente! Eu quero cumprimentar minhas colegas e meus colegas aposentados, servidoras e servidores públicos. Eu vou colocar no meu carro o adesivo que vocês me deram. Estamos juntos nesta luta. Eu estive recentemente com o governador e falei com ele sobre a necessidade de que isso seja pautado ainda este ano, para possamos ter uma resposta. Presidente, quero registrar a justificativa de ausência do nosso colega deputado Pedro Kemp, que está participando de uma palestra na Escola da Defensoria Pública. Mas ele segue junto com a gente nesta luta, a gente pode confiar no companheiro e colega deputado Pedro Kemp. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Queremos cumprimentar o senhor José Martins e a senhora Daiane Martins, vereadores do município de Eldorado. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: duas indicações (Prot. nºs 06640/2023, 06641/2023). De autoria do deputado Jamilson Name: seis indicações (Prot. nºs 06646/2023, 06643/2023, 06639/2023, 06638/2023, 06637/2023, 06636/2023). De autoria do deputado João César Mattogrosso: quatro indicações (Prot. nºs 06626/2023, 06605/2023, 06606/2023, 06607/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 06635/2023). De autoria do deputado Junior Mochi: quatro indicações (Prot. nºs 06647/2023, 06648/2023, 06649/2023, 06650/2023). De autoria do deputado Lidio Lopes: duas indicações (Prot. nºs 06652/2023, 06653/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 06651/2023). De autoria da deputada Mara Caseiro: três indicações (Prot. nºs 06611/2023, 06612/2023, 06613/2023); duas moções de congratulação (Prot. nºs 06614/2023, 06615/2023); uma moção de pesar (Prot. nº 06616/2023). De autoria do deputado Neno Razuk: duas indicações (Prot. nºs 06632/2023, 06633/2023). De autoria do deputado Pedro Kemp: um requerimento (Prot. nº 06642/2023). De autoria do deputado Professor Rinaldo: uma indicação (Prot. nº 06627/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 06634/2023). De autoria do deputado Rafael Tavares: um projeto de lei (Prot. nº 6601/2023). De autoria do deputado Zé Teixeira: sete indicações (Prot. nºs 06631/2023, 06630/2023, 06629/2023, 06628/2023, 06604/2023, 06603/2023, 06602/2023).). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores pares, muito bom dia! Mais uma vez, cumprimento os

colegas servidores públicos. Eu também sou servidor público concursado no Tribunal de Contas do estado. Eu fui um dos deputados contrários aos 14%, e apresentei uma emenda que foi rejeitada. A gente propôs o teto de três salários mínimos, e acabou não dando certo. Mato Grosso e o Paraná copiaram a nossa emenda, está dando certo, e principalmente os aposentados, que recebem menores salários, não estão sendo atingidos. O governador Eduardo Riedel fez o compromisso de rever essa questão, e nós temos cobrado isso dele. Contem com o nosso apoio, com o nosso trabalho. Nosso gabinete está à disposição dos servidores públicos de Mato Grosso do Sul. Senhor presidente, a gente sempre apresenta emendas aqui e atende os municípios. A gente vai aos municípios, mostra o que tem feito, e as coisas boas sempre acontecem. Às vezes, precisamos mostrar as coisas boas que acontecem nos municípios, não só porque estamos aqui no Parlamento, questionando o governo para que ele leva melhorias aos municípios, mas também porque queremos ver o resultado. Outra coisa, eu não posso deixar de falar sobre o belo projeto que foi lançado em Campo Grande pela prefeita Adriane Lopes, o projeto 'Juntos pela Escola, Unidos Podemos Fazer Mais'. Este é o projeto de maior investimento de todos os tempos em Campo Grande. São mais de duzentos milhões de reais para a recuperação das duzentas e seis escolas municipais. Isto é inédito. Foi montada uma equipe hoje de dezessete engenheiros, que fazem o levantamento das escolas juntamente com os diretores, para ver o que será feito nos prédios. Aí o aporte será repassado para a escola, e o diretor, a APM, e o Conselho dos Pais de Alunos decidirão o que fazer. Outra coisa que eu quero destacar é que a prefeita Adriane Lopes assumiu a prefeitura com um déficit de mais de dez mil vagas para os alunos; e este ano ela reduziu esse déficit em três mil vagas, sem construir nenhuma sala de aula. Mas agora ela lançou um projeto para construção de cento e sessenta e seis novas salas de aula, cem delas serão entregues em janeiro, no início do ano letivo do ano; e as outras sessenta e seis serão entregues até abril. Com isso, ela reduzirá o déficit em mais seis mil e seiscentos vagas. Ou seja, ela praticamente zerará o déficit de vagas nas escolas de Campo Grande. Outra coisa, com o aumento do calor, com essa mudança climática, os alunos e os pais de alunos têm reclamado muito das salas de aula. Então a prefeitura lançou o desafio de colocar ar-condicionado em todas as salas de aula da Rede Municipal. Obviamente que a gestão pública sempre tem seus opositores, que dizem: "Não tem estrutura, a fiação é muito antiga". Acontece que a prefeita não tem tempo para isso, porque o mandato dela é tampão, de apenas dois anos, e ela já está há um ano e pouco no cargo. Em um ano, ela não teria tempo de revitalizar a rede elétrica de todas as escolas para colocar os aparelhos de ar-condicionado. Ela vai, então, colocar energia fotovoltaica, que é a energia limpa. Isso vai gerar economia ao município e atender todas as escolas da rede. Recentemente, o Tribunal de Contas, instituição da qual faço parte com muito orgulho, fez um evento e chamou todos os prefeitos do interior do estado; os vereadores de Japorã que estavam aqui acompanharam isso. E o presidente do Tribunal, com uma equipe, disse: "Olhe, criança tem de estar na escola, tem de brincar, tem de aproveitar os momentos na escola". Então, a prefeita determinou a aquisição de parquinhos e de materiais lúdicos para as duzentas e seis unidades escolares de Campo Grande. Ou seja, os professores vão cuidar das crianças e trabalhar com muita tranquilidade. A prefeitura também está gerando mais empregos. As escolas contarão com mais professores concursados. A prefeita está garantindo a distribuição dos uniformes do ano que vem. Recentemente ela renovou a frota de veículos da Samed, coisa que não acontecia desde 2007. Ao todo, foram vinte e sete novos veículos, entre caminhonete e veículos de passeio. Ou seja,

ela está fazendo um atendimento fantástico ao município. E diziam por aí: "É mulher, não tem jeito, não tem competência; mulher tem de cuidar da casa, tem de cuidar dos filhos, não vai dar jeito". E a prefeita Adriane Lopes está dando uma resposta a essas pessoas, dizendo: "Olhe, eu sou mulher, me preparei para exercer esta função e montei uma equipe para dar respostas para Campo Grande." A prefeita está trabalhando para tirar essa discriminação que sofre diuturnamente por ser mulher. A discussão agora é a Rota Bioceânica, não é? E ontem eu ouvi aqui colegas deputados falando sobre isso. E o interessante, deputada Lia Nogueira, é que há pessoas que não entendem de nada, mas querem entender de tudo, os 'professores de Deus'. Deputado Paulo Corrêa, há uns 'cientistas políticos' nos grupos de WhatsApp que a gente acompanha que são professores de Deus em política. Mas se determinado candidato tem 300, 400 votos para vereador, ele não consegue chegar a lugar nenhum, e se acha expert no mundo político. E muitos começam a perguntar o que a prefeita foi fazer em Iquiqui, na reunião sobre a Rota Bioceânica, deputado Rafael Tavares. Dizem: "Isso é coisa do governo, é coisa do presidente da república, é coisa internacional; ela foi gastar dinheiro público." Essas pessoas não sabem como funciona a gestão, não sabem que toda a parte de comercialização, deputado Paulo Corrêa, acontece nos municípios. Foi assim que Vossa Excelência e senadores fizeram um evento aqui na Assembleia para discutir a Rota Bioceânica com mais de trinta prefeitos da região. O que os prefeitos vieram fazer aqui? Vieram discutir a Rota Bioceânica, porque ela passa pelos seus municípios. E obviamente a Rota Bioceânica trará para Campo Grande um cenário totalmente diferente. A prefeita foi a Iquiqui para discutir o que interessa para o nosso município. Campo Grande passa a ser protagonista no caso da Rota Bioceânica, porque aqui há mão de obra e logística, aqui há um terminal, um porto seco e um terminal modal que pode ser intermodal, para poder operar realmente todo o sistema da Rota Bioceânica. Foi disso que a prefeita e sua equipe correram atrás. Ela está capacitando mais de 10 mil jovens para atuarem na Rota Bioceânica. Foi assim que o município de Campo Grande, na Expogrande, abriu um estande para recepcionar mais de trinta prefeitos da região, fez um almoço para apresentar Campo Grande para os prefeitos. E eles disseram: "Nós queremos um espaço em Campo Grande". Então ela abriu uma sala internacional para recepcioná-los e principalmente para que países pudessem ter a oportunidade de vir para Campo Grande e comercializar. Isso foi tão forte que o estado de Taparacá, do Chile, veio aqui e abriu também um escritório para fazer comercialização. E para a surpresa dela, oito países vieram para cá fazer visita e comercializar. O Chile disse: "Nós viemos três vezes aqui, em reuniões, agora nós estamos vindo para comercializar, nós queremos comprar carne de Campo Grande e queremos exportar o nosso salmão". E é por isso que saiu, numa viagem, recentemente, a primeira carga de carne de Campo Grande para o Chile. Ontem, o deputado Zeca disse que não entendia por que a carreta de carne passou por Ponta Porã. Eu quero lhe fazer um esclarecimento. Foi porque havia chovido muito na região, e na estrada para Porto Murtinho há mais de 200 quilômetros que ainda não foram asfaltados, inclusive caminhonetes atolaram lá. E o motorista sabia que a carreta poderia ficar atolada e não chegar ao destino, se passasse por lá. Então, ele teve que mudar a rota e passar por Ponta Porã e ir por Assunção, para que a nossa carne pudesse chegar ao destino, o Chile, e voltar trazendo salmão.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Um aparte?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — É essa briga da comercialização. Campo Grande, para quem não sabe, é o segundo maior consumidor de salmão do país, por conta da grande colônia japonesa que está instalada aqui. Então, as pessoas, os aventureiros de plantão, os maldosos de plantão precisam conhecer a história da rota, deputado Paulo Corrêa, que vem sendo construída há anos, antes de postar falácias nas redes sociais. Eu concedo um aparte a Vossa Excelência.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Agradeço o aparte, deputado. E quero fazer um registro. Parece uma coisa estranha mesmo. Nós que batalhamos pela Rota Bioceânica, e Vossa Excelência e a prefeita de Campo Grande estavam comigo o tempo todo. Parece que há um complô para levar a coisa para o outro lado. Fica parecendo que gente que está no meio da 'parada' tem interesse no Porto de Concepción. Mudaram o nome da Rota Bioceânica para Rota de Integração Latino-americana (Rila). Isso causa uma má impressão. Perdoe-me. Nós estamos batalhando há muitos anos, há 30 anos, para que a rota seja chamada de Rota Bioceânica e passe por Porto Murtinho. Aliás, uma ponte está sendo construída lá. Bom, e há o mérito do meu companheiro deputado Zeca do PT, que não está presente aqui hoje, quanto ao processo de a Rota Bioceânica passar por Porto Murtinho. O senhor me perdoe. Inclusive, nós ouvimos do presidente do Paraguai que (e Vossa Excelência estava no Paraguai com sua esposa, a prefeita de Campo Grande) as três prioridades dele seriam: 1 - A estrada da Ingazeira, junto com a ponte sobre o rio Lapa, ligando o município de Vallemi, do Paraguai, que produz cimento... E isto seria interessante para nós, pois o cimento chegaria mais barato a Mato Grosso do Sul, coisa de 35%. 2 - A dragagem do rio Paraguai, no sentido de possibilitar a navegação durante o ano inteiro. 3 - A Rota Bioceânica passar por Porto Murtinho. O Paraguai tem feito investimentos nisso, a ponte está sendo construída, enfim. Mas toda vez o cara quer mudar o nome da Rota Bioceânica. O que é Rila? O deputado Zeca do PT está correto, deputado. É como a gente ficar discutindo aqui coisa que não adianta nada. E isto não adianta nada. As coisas não dão certo, quando todo o mundo não puxa a corda para o mesmo lado. Fica nesse impasse. Então, eu quero pedir a colaboração... Se Vossa Excelência pudesse falar com a prefeita... O nome da rota é Rota Bioceânica, e ela passa por Porto Murtinho, e Campo Grande está na Rota Bioceânica. Nós vamos discutir sobre levar a carne de Campo Grande... e até não foi de Campo Grande, foi de Sidrolândia, deputado, pelo que sei.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Não. A carne saiu da JBS de Campo Grande.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — JBS de Campo Grande. Certo. E depois mudou para Ponta Porã...

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Não, não, não, não. Eu estou esclarecendo isto a Vossa Excelência...

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Por que tem... Só um minuto. Eu vou terminar. Mudou para o lado de Ponta Porã, porque a estrada estava ruim, e o pessoal quase ficou atolado lá...

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Não! Atolou. Atolou.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Com caminhonete traçada, quer dizer, o caminhão carregado então nem se fala. E a gente entende isso. Agora, Carmelo Peralta, e Vossa Excelência sabe, tem a Aduana Ibermisso, para a liberação da carga, para permitir que qualquer brasileiro, com a Carteira de Identidade, entre no Paraguai. Então, o que está acontecendo exatamente? Não disseram nada e mandaram o caminhão. Desculpe. Há uma extrema incompetência também. O caminhão ficou parado não pela carga, ficou parado porque não tem documentação. Porque para andar no Mercosul, deputado, tem que ter o Seguro Carta Verde. Ou é ou não é; ou tem ou não tem. Então, o cara não entende nada de transporte. Aí o senhor me desculpe.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Eu não sei se Vossa Excelência acompanhou o esclarecimento do secretário Jaime Verruck; ele está com sua equipe no Chile, e foi exatamente ele que trouxe a explicação, deputado Paulo Corrêa, de que, na verdade, não fez a rota por Porto Murtinho, fez por Ponta Porã, porque a carreta não chegaria ao destino pelo acesso chuvoso. Se oito caminhonetes ficaram atoladas lá, imagine uma carreta carregada, deputado Zé Teixeira. A carne ia ficar estragada desse jeito. A carreta foi com carne bovina e retornou com salmão.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriotas) — Por isso levaram a carga por Ponta Porã e Assunción até o Chile. Pois não, deputado.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — É bom esse negócio do salmão. Deputado Lidio Lopes, eu ouvi Vossa Excelência com muita atenção, e ouvi o aparte do deputado Paulo Corrêa. Acho que a Rota Bioceânica trará muitos benefícios para o nosso estado e também para o Brasil. Essa rota é importante, pois vai encurtar o caminho para os países asiáticos. Isto é significativo. A mercadoria chega mais barata. Vossa Excelência disse que os caminhões atolaram. O caminhão foi para lá sem a documentação correta, então também não passou pela estrada, porque o tráfego ainda não está liberado. Porto Murtinho é uma promessa que será transformada em realidade, eu tenho certeza disso. E depois que a ponte e o asfalto ficarem prontos, Porto Murtinho terá uma Aduana, para que se possa fazer a documentação correta lá. Esta semana, eu ouvi um empresário dizer o seguinte: "Do lado do Paraguai não há matéria-prima". Ou seja, não tem cascalho. E há lugares em que as crianças não estão conseguindo ir à escola, porque a rua não é encascalhada. É um absurdo! É uma coisa sem sentido. Era só ter a autorização da Aduana de Ponta Porã. Senão, o caminhão tem de carregar o cascalho em Porto Murtinho e pegar a documentação em Ponta Porã. Aí o valor do cascalho já dobra só com o frete. Então, o que o senhor diz está correto. E espero que Deus nos abençoe. Espero que a ponte seja concluída. Espero que a estrada seja concluída. Isso para que tenhamos uma Aduana forte em Porto Murtinho. Porto Murtinho será uma das cidades mais promissoras do nosso estado e trará benefícios para cá e para o Brasil todo. Muito obrigado.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Quando nós estivemos lá com o presidente Santiago Peña, antes de ele tomar posse, deputado Zé Teixeira, foram

colocados justamente esses problemas aduaneiros. Muitas vezes, os caminhões ficam doze, treze dias parados na Aduana em Ponta Porã. Recentemente, deputado Zé Teixeira, eu fui recebido pelo governador e pelo deputado Domingues, de Carmelo Peralta; e o governador me disse o seguinte: "A determinação do presidente é que só haja uma aduana de entrada para todo o Paraguai". Ou seja, ele está desburocratizando para que as coisas possam entrar nos trilhos e funcionar. Resumo de tudo isso: Campo Grande entra no cenário de comercialização. Isso vai gerar emprego e renda para o nosso município, que passará a ser o grande protagonista. Até porque é em Campo Grande que está a mão de obra e a logística para recepcionar tudo isso. E Campo Grande vai preparar pessoas para atuarem na Rota Bioceânica. A comercialização é feita entre os municípios, tanto que, na reunião de ontem, havia vinte prefeitos lá no Chile, e entre eles, claro, estava a prefeita Adriana Lopes, conversando com o governador, com os prefeitos, e comercializando. Eu tenho certeza de que grandes investimentos acontecerão em nossa capital. Era o que eu tinha, senhor presidente. "Juntos pela Escola", projeto lançado pela prefeita Adriane Lopes. Que Deus nos abençoe.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do senhor Marcos Belo Benites, vereador do município de Ponta Porã; do senhor Paulo Aparecido, vereador do município de Japorã; do senhor Adriano de Lima, vereador do município de Japorã; e do senhor Vinícius Meira, vereador do município de Japorã. Ainda no Grande Expediente, por inversão com o deputado Paulo Corrêa, com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Vossa Excelência dispõe de 27 minutos.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, senhoras e senhores, eu faço uso da palavra, agora, primeiro para cumprimentar o deputado Coronel David, nosso colega, que hoje fez um grande feito aqui em nossa Casa, que foi a instalação da Frente Parlamentar Invasão Zero. Quero dizer ao Coronel David que isso é um alerta significativo para as autoridades do nosso estado, primeiro porque é um dever do governo do estado dar segurança ao povo sul-mato-grossense. Conforme a Constituição Federal, invadir propriedades é crime, fechar rodovia é crime. Então, o que nós fizemos aqui hoje foi apenas um alerta, para dizermos tanto para o MST quanto para a comunidade indígena: "Vamos viver em paz, sem atrapalhar o desenvolvimento do país e do estado!". Por que, quando pessoas interrompem rodovias, tiram dos outros o direito constitucional de ir e vir; quando invadem propriedades, tiram do produtor rural o direito de fazer o que quer no que é seu. A Constituição diz que o produtor rural tem de cumprir o índice de produtividade. Se ele não o cumprir, sua propriedade pode ser colocada para reforma agrária. Maravilha! Agora, ninguém tem o direito de invadir propriedade antes que o governo diga: "A propriedade tal é improdutiva; portanto, nós vamos desapropriá-la". Ou seja, essas pessoas têm de esperar a desapropriação, para depois fazer o assentamento, seguindo os critérios estabelecidos pelo Incra. Então, quando invadem terras, forcem um processo de reforma agrária e agridem a Constituição. Quando se trata do índio, é a mesma coisa. Agora, pasmem os senhores! No período da pandemia, os guardiões da Constituição, os ministros do STF, que são o último recurso que nós temos para garantia da lei e do cumprimento da Constituição, decretaram que era proibido fazer reintegração de posse. Um ministro fez isso. Ora, em que país nós estamos? Hoje, por exemplo, no município

de Iguatemi, índios fecharam a rodovia, tirando das pessoas o direito de ir e vir. Sabem para que eles fecharam a estrada? Não foi para reivindicar estudo antropológico, nem para reivindicar demarcação de terras, foi para reivindicar asfalto. Eu achei isso interessante. Então, eu acho que é uma moda. "Ah! Nós não gostamos disso. Vamos tirar das pessoas seu direito de ir e vir. Nós não gostamos disso, vamos invadir propriedades". Há pouco tempo, ocorreu a sucessão presidencial, e, com a mudança de comportamento de um presidente em relação ao outro, invasões, desordem e falta de respeito começaram a ser desencadeadas. Quando o STF disse que estava proibido fazer a reintegração de posse no período da pandemia, ele decretou o desrespeito à Constituição, da qual é guardião. Portanto, eu quero dizer ao deputado Coronel David que o que nós fizemos aqui hoje foi muito importante, tudo está na lei, e o governo do estado tem que dar garantia ao produtor rural, porque o produtor paga imposto para pagar a polícia. O produtor não pode deixar de trabalhar porque sua terra está invadida por A, B ou C. A comissão cujos integrantes foram empossados hoje, o Sindicato Rural, a Famasul, o Ministério Público e a sociedade, todos têm de dizer: "Gente, a Constituição Federal tem de ser cumprida!". E nós estamos aqui para alertar o governo. Caso haja interrupção do direito de ir e vir da população, senhor governador, cumpra a lei. Caso haja invasão de terra antes que o governo decrete que ela é indígena ou que ela é passiva de desapropriação para reforma agrária, cumpra a lei. Então nós montamos esta comissão e vamos ao governador para lhe dizer: "Cumpra a lei, respeite a Constituição; não deixe que tirem das pessoas seu direito de ir e vir; não deixe que o produtor seja desmoralizado por conta de invasão." Para finalizar, quero ressaltar a importância da Frente Parlamentar Invasão Zero, que será comandada pelo deputado Coronel David. Eu, como produtor rural que sou, faço parte, com muita honra, desta comissão. Era o que eu tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Grande Expediente, pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Professor Rinaldo. Transferida. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka. Transferida. Com a palavra, o deputado Rafael Tavares. Transferida. Com a palavra, o deputado Lucas de Lima. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira. Transferida. Com a palavra, o deputado Renato Câmara. Transferida. Não há mais oradores inscritos. Registramos a presença do senhor Edson da Oficina, vereador do município de Paraíso das Águas. Solicito que o deputado Renato Câmara assuma a segunda-secretaria e verifique se há quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Renato Câmara - MDB) — Há quórum, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **ORDEM DO DIA**. Eu quero fazer uma consulta aos senhores deputados. Nós temos vários projetos que estão com o acordo de lideranças e que as comissões de mérito já os apreciaram e já os disponibilizaram para votação. Portanto, se não houver oposição, eu gostaria de pautá-los, para acelerarmos esse processo. Mesmo que alguns deles estejam calendarizados para semana que vem, eu gostaria de pautá-los. Somente ontem foram devolvidos pela CCJR doze projetos, e ainda há o PPA e a LOA, que estão calendarizados para terça-feira. E nós estamos na expectativa de receber projetos do

MP, da Defensoria e da PGE. Então, se não houver oposição, alguns projetos que estão calendarizados para semana que vem serão colocados na pauta da sessão de amanhã. Caso algum deputado queira se opor a algum projeto, poderá manifestar-se no momento em que ele for colocado para votação. Passemos às votações. Item 1. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 063/2023. Autor: deputado Neno Razuk. "Estabelece a substituição dos sinais sonoros dos estabelecimento público de ensino do estado de Mato Grosso do Sul." A Comissão de Educação e Cultura emitiu parecer favorável, com emenda substitutiva integral, tendo como relator o deputado João César Mattogrosso. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, com emenda substitutiva, tendo como relator o deputado Lidio Lopes. A Comissão de Saúde emitiu parecer favorável, por unanimidade, com emenda substitutiva, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 63/2023, de autoria do deputado Neno Razuk.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Renato Câmara (MDB).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Renato Câmara - MDB) — São vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à redação final por ter recebido emendas. Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 117/2023. Autor: deputado Rafael Tavares. "Institui o Dia Estadual do CAC - Caçador, Atirador e Colecionador". A Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia emitiu parecer favorável, por maioria, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. Em discussão... Para discutir, o deputado Rafael Tavares.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Presidente, eu quero registrar a presença do pessoal do Clube de Caça em nossa Sessão e apresentar a todos algumas informações relativas a este projeto. Aqui em Campo Grande, há 6 mil CACs, 22 mil em todo o estado; e 55 clubes de tiro em MS. Isso representa em torno de quatrocentos a quinhentos empregos diretos. É muito importante que nós consigamos aprovar o Dia do CAC, para desmistificarmos essa questão da arma de fogo e para informarmos a todos que a primeira medalha de ouro do Brasil em Olimpíadas foi no tiro esportivo. Solicito o voto favorável dos colegas. Somente isto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão...

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar seu voto, com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Eu votei contra esta proposta na primeira votação e agora vou votar contra novamente. Eu sou professora, trabalho diretamente com adolescentes, e tenho uma preocupação muito grande com relação ao estímulo ao uso de armas, sobretudo numa sociedade bastante adoecida como a nossa. O fato de pessoas terem armas em casa, por mais que tenham orientação, preocupa-me muito. Até porque nós sabemos que armas são feitas para matar. Por mais que existam argumentos em defesa das armas, sabemos que o objetivo delas é matar. A nossa sociedade não tem condição, inclusive cultural, de ter armas; diferentemente da americana. Nos Estados Unidos é bastante comum o porte de armas. Mas eu quero registrar meu voto contrário, sobretudo porque penso na segurança de crianças e adolescentes. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Mais alguém? Não? Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 117/2023, de autoria do deputado Rafael Tavares.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Renato Câmara (MDB).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Não.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Renato Câmara – MDB) — São vinte votos favoráveis e um voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 206/2023. Autora: deputada Gleice Jane. "Estabelece o Dia Estadual da Consciência sobre as Doenças Crônicas Não Transmissíveis, suas abordagens para detecção, tratamento e prevenção, e dá outras providências." A Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 206/2023, de autoria da deputada Gleice Jane.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Renato Câmara (MDB).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Renato Câmara - MDB) — São vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 4. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 267/2023. Autor: deputado Junior Mochi. "Inclui a Festa do Peão de Boiadeiro de Alcinópolis no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul." A Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 267/2023, de autoria do deputado Junior Mochi.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Renato Câmara (MDB).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Renato Câmara - MDB) — São vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 5. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 283/2023. Autor: deputado Antonio Vaz. "Institui a Semana Emprega + Mulheres, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. Em discussão... Para discutir, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Senhor presidente e caros colegas, meu objetivo com este projeto é conscientizar a população sul-mato-grossense sobre a proteção dos direitos trabalhistas, principalmente das mulheres, no combate ao assédio sexual, direitos estes criados pela Lei nº 14.457, de 21 de setembro de 2022, que institui o Programa Emprega + Mulheres no âmbito nacional. As medidas a serem divulgadas na Semana Emprega + Mulheres, destinadas à inserção e à manutenção de mulheres no mercado trabalho, são para o apoio à parentalidade da primeira infância, o pagamento de reembolso, creche, manutenção, substituição das instituições de educação infantil pelos serviços sociais autônomos, para apoio à parentalidade por meio de flexibilização do regime de trabalho, teletrabalho, regime tempo parcial, regime especial da compensação de jornada de trabalho por meio de banco de horas, jornadas de 12 horas trabalhadas por 36 de descanso, horários ininterruptos, quando a atividade permitir. Então, este é um projeto muito importante, que vem para inserir e facilitar a vida da mulher no mercado de trabalho. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Justificativa de voto, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira, para declaração de voto.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, presidente! Bom dia, nobres colegas parlamentares, público que nos acompanha neste Plenário e todos que nos assistem pela TV Assembleia! Quero manifestar minha satisfação em aprovar este projeto de lei do nosso colega de parlamento, deputado Antonio Vaz. Quero parabenizá-lo, deputado, pela sensibilidade em tratar desta questão referente à mulher no mercado de trabalho. Esta proposta vem num momento em que se discute que nós mulheres precisamos ganhar o mesmo que os homens quando desempenham as mesmas funções; num ano em que se fala tanto da presença da mulher, do protagonismo da mulher em todos os segmentos da sociedade. Ano que vem, teremos eleições municipais, e a gente já discute, a partir de agora, a participação da mulher na política. É importante que mulheres se candidatem para concorrer a vagas nos Parlamentos e no Executivo. Elas também têm competência para desempenhar qualquer função. Com todo respeito aos homens, mas nós temos a nossa sensibilidade. O lugar da mulher é onde ela quiser. E esta pauta também vem para atacar outro problema que nós temos aqui em Mato Grosso do Sul: a violência. Nós precisamos desenvolver políticas públicas que combatam a violência contra as mulheres. A independência financeira ajuda a mulher a se desvencilhar do ciclo da violência. Então, parabéns, deputado! Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Renato Câmara - MDB) — São vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Antes de passarmos para o Item 6, quero dar um retorno ao deputado Rafael Tavares. Deputado, o requerimento de Vossa Excelência com relação à Cassems ficou pautado para amanhã. E os outros dois estão com a assessoria para que seja feita uma correção. Item 6. Em discussão única e votação simbólica. Dois requerimentos, cinquenta e três indicações, uma moção de aplauso e seis moções de congratulação. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Item 7. Moções de pesar. Proposta pelo deputado Renato Câmara, em razão do falecimento do senhor Sebastião Barbosa Junior. Proposta pelo deputado Junior Mochi, em razão do falecimento do senhor Daisaku Ikeda. Proposta pelo deputado Lidio Lopes, em razão do falecimento do senhor Daniel Furtuoso da Silva. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Senhor deputados, lembrando que hoje nós vamos transmitir a pauta logo no período da tarde. Vossas Excelências poderão analisar a questão dos calendários. Passo a presidência ao deputado Renato Câmara.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Eu quero aproveitar o momento para convidar os colegas deputados e a população para participarem da audiência pública referente à Lei do Pantanal, que realizaremos hoje, a partir das 14 horas. A ALEMS está de portas abertas para discutir esta lei importante e histórica para o nosso estado. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Rafael Tavares. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira. Transferida. Não há mais



oradores inscritos. Até daqui a pouco, às 14 horas, na audiência pública. Esta presidência declara encerrada a presente Sessão (11h01min).